



## A SECULAR EXPROPRIAÇÃO DO TEMPO LIVRE E A NEGAÇÃO DO ESTUDO COMO ARTE DE VIVER E "GÊNERO AUTÔNOMO DE REFLEXÃO E ANÁLISE" AOS CONDENADOS AO TRABALHO FORÇADO<sup>1</sup>

Ciro de Oliveira Bezerra<sup>2</sup>  
José de Ribamar Sá Silva<sup>3</sup>  
Denis Avelino<sup>4</sup>

### Resumo

Explora-se o desaparecimento do complexo categorial da antiguidade clássica. Exemplos desse complexo: ócio, tempo livre, estudo, tranquilidade da alma, exame de consciência, cuidado de si, estética da existência, exercício espiritual, técnicas de si, formação de si. O objetivo é problematizar as formas civilizatórias de expropriação do tempo livre e de negação do estudo aos "condenados" ao trabalho forçado. Para alcançá-lo, fez-se um estudo bibliográfico com o método do estudo imanente. Analisaram-se apenas duas categorias: tempo livre e estudo. Os resultados são apresentados em duas seções, as quais abordam, respectivamente, a apropriação de si nas artes de viver, no tempo livre ou ócio, e a expropriação do tempo livre e negação do estudo nas sociedades das profissões na geografia do capital. Observa-se que, diante da escassez de alternativas teórico-políticas, os estudos críticos retornam à filosofia clássica.

**Palavras-chave:** Expropriação do tempo livre; trabalho forçado; apropriação de si; estudo.

### THE SECULAR EXPROPRIATION OF FREE TIME AND THE DENIAL OF STUDY AS AN ART OF LIVING AND "AUTONOMOUS GENRE OF REFLECTION AND ANALYSIS" TO THOSE SENTENCED TO FORCED LABOR

### Abstract

The disappearance of the complex of categories from classical antiquity is discussed. Some examples of this complex are: leisure, free time, study, peace of the soul, examination of conscience, self-care, aesthetics of existence, spiritual exercise, self-techniques, self-formation. The aim is to problematize the civilizing forms of expropriation of free time and denial of study to those sentenced to forced work. To achieve this, a bibliographical study was carried out using the immanent study method. The results are presented in two sections, in which the debate is held, respectively, on the appropriation of oneself in the arts of living through free time or leisure, and the expropriation of free time and denial of study in the world of professions in the geography of capital. It is observed that, given the scarcity of satisfactory theoretical-political alternatives, critical studies return to classical philosophy.

**Keywords:** Expropriation of free time; forced work; self-appropriation; studying.

Artigo recebido em: 29/03/2024 Aprovado em: 18/03/2024  
DOI: <https://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v28nEp.2024.7>

<sup>1</sup> Texto escrito a partir do minicurso "Apropriação do tempo livre sob a dinâmica do capital: o estudo imanente como possibilidade emancipatória da classe trabalhadora", ministrado na XI Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2023.

<sup>2</sup> Professor aposentado da Universidade Federal de Alagoas. Doutor em Sociologia, mestre em Educação, especialista Teoria Jurídica e Práticas Sociais e bacharel em Ciências Econômicas. Pós-doutorado em Filosofia da Educação, com pesquisa sobre O impacto dos estudos éticos de Foucault, teóricos e epistemológicos de Bourdieu no método de estudo imanente, e em Geografia Agrária, sobre a Geografia do Capital: teoria social, pesquisa e intervenção em desenvolvimento territorial e educação no campo. E-mail: [ciro.ufal@gmail.com](mailto:ciro.ufal@gmail.com).

<sup>3</sup> Professor titular do Departamento de Economia e dos programas PPG em Políticas Públicas e PPG em Desenvolvimento Socioeconômico, da Universidade Federal do Maranhão. Doutor em Políticas Públicas, mestre em Economia Rural, especialista em Metodologia do Ensino Superior e bacharel em Ciências Econômicas. Pós-doutorado em Economia, sobre o PAA ÁFRICA e a cooperação brasileira para o desenvolvimento. E-mail: [jose.sa@ufma.br](mailto:jose.sa@ufma.br)

<sup>4</sup> Mestrando em Educação, especialista em Ensino de Geografia e licenciado em Geografia. Professor da Educação Básica da Rede Pública Estadual de Alagoas. E-mail: [denisavelino@yahoo.com.br](mailto:denisavelino@yahoo.com.br).

## 1 INTRODUÇÃO

Nós nos tornamos outro de nós mesmos de diferentes formas. Mas o estudo tem uma potência peculiar de nos transfigurar de um modo singular, nos valora eticamente e nos valoriza economicamente. O estudo nos *transvalora* e nos *transvaloriza*. Tornar-se é fazer-se. Nesse tornar-se ou fazer-se pelo estudo, o que se mantém e o que se transforma? O que aparentemente se mantém é o corpo biológico, todos os caracteres genéticos de uma pessoa. O que concretamente se transforma é a mente, a memória, a relação de si para consigo. Toda interioridade do corpo é agitada com o estudo, e se transforma, de uma forma mais radical, o campo dos sentidos e de percepção. Então a vida inteira se transforma praticamente: as disposições psicológicas ou a subjetividade das pessoas.

O tornar-se outro pelo estudo, é toda linguagem e vocabulário, mentalizados e memorizados, que são renovados, que se fundem com outro vocabulário e linguagem que entramos em contato quando estudamos. Com essa renovação, renovamos o nosso ser. Então postulamos que o nosso ser se faz no-e-pelo estudo. E que a questão ontológica fundamental que nos propomos a conhecer é: como o estudo, em si mesmo, é, desde sempre, desde o primeiro ato do estudo, a primeira experiência em estudar, uma atitude transformadora? E como podemos estudar, hoje, os seus efeitos concretos nos corpos dos professores e estudantes? Nosso pressuposto ou certeza, que temos em mente, é que o estudo não é uma atitude conservadora.

O estudo, em si, como atitude externa é, simultaneamente, atividade interna. Impossível essa atividade se realizar sem o corpo. O estudo desperta o que Maine de Biran (BIRAN, 1987; BIRAN, 1988) postula como “potência interior ao corpo”. Com Biran, podemos postular que a potência do estudo põe a potência da mentalização e da memorização em funcionamento singular, fundando e desencadeando no indivíduo outro tipo de vida: a vida do estudioso. Então, temos a potência da mente funcionando com a potência do estudo. Portanto, a potência da potência de um e outro provoca a erupção da inteligência e da cognição. Tudo isso ocorre simultaneamente no ato de estudar.

Temos o trabalho do corpo e da mente, um movimentado desencadeado pelas atividades do estudo. Tudo funcionando ao mesmo tempo, um impulsionando o outro, interagindo um no outro. O resultado é a transvaloração e a transvalorização dos humanos. Após a transformação no-e-pelo estudo, jamais as pessoas poderão ser as mesmas. Não há retorno. Depois de alfabetizado, só há possibilidade de aprimorar a alfabetização. Um médico, um geógrafo ou um enfermeiro não podem desfazer-se do que se tornaram. Nem com a morte. Nascemos como pessoas e morreremos como uma dessas coisas em que nos tornamos.

Tudo aparentemente se mantém porque tudo muda muito lentamente em um tempo longo. Mas a percepção, a cosmovisão, a imaginação, os pensamentos mudam completamente com o estudo

## A SECULAR EXPROPRIAÇÃO DO TEMPO LIVRE E A NEGAÇÃO DO ESTUDO COMO ARTE DE VIVER E "GÊNERO AUTÔNOMO DE REFLEXÃO E ANÁLISE" AOS CONDENADOS AO TRABALHO FORÇADO

regular, sistemático e metódico. Muda pelo modo de ser e viver das pessoas se fazerem assíduas no e-pelo estudo. Com a potência da potência, muitos temem as mudanças profundas provocadas pelo estudo, se e quando praticado em larga escala, territorialmente. A jornada de trabalho diminui com o aumento da jornada de estudo. A apropriação de si nas atividades do estudo nega a expropriação de si no trabalho forçado. Eis a questão ontológica fundamental que está presente na expropriação da mais-valia relativa e absoluta pelo capital. E não há dicotomia tempo de trabalho/tempo de não trabalho, tempo de trabalho/tempo livre. Esse é expropriado na jornada de trabalho. Essa dicotomia entre tempos distintos, tempo livre e tempo de trabalho, vividos em momentos distintos, é uma afirmação tautológica, que contrapõe um tempo a outro tempo. Mas essa é uma falsa proposição, que não passa de imaginação abstrata. O tempo não existe de forma abstrata, imaginada e ideada. O que existe são corpos humanos em movimento, atritando-se, do nascimento ao falecimento. A questão ontológica real é a apropriação de si por si e a expropriação de si pelo outro. A apropriação de si pelas artes de viver e a expropriação de si pelo trabalho forçado, escravo, servil ou assalariado.

Aqueles que temem o estudo regular, sistemático e metódico, o estudo como modo de vida, como modo de ser — sendo o mesmo ser das sociedades das profissões, as sociedades pré-humanas —, trabalham e se ocupam com atividades outras, que não o estudo sistemático. O estudo faz as pessoas se transvalorarem e se transvolarizarem porque a sua linguagem, a sua grande política, na linguagem de Nietzsche, e o seu regime de verdade, na linguagem de Foucault, transformam todos os sentidos humanos. Mas, há também as linguagens conservadoras, a exemplo da “nova linguagem da aprendizagem” neoliberal e da educação bancária. Conservadoras por quê? Porque fetichizam a mentalização, a memorização, a assimilação das linguagens e a própria linguagem, para conservar as relações sociais, que projetam as formas sociais, que as pessoas são obrigadas a personificar para colocar a sociedade das profissões em funcionamento; porque faz parecer que a linguagem e o regime de verdade da “nova linguagem da aprendizagem” são novos, progressistas e modernizadores; porque as linguagens da educação bancária, comprometidas com a sociedade do conhecimento, o capitalismo cognitivo, a sociedade das profissões, foram capturadas pelo capitalismo de plataforma e de aplicativos da assim chamada indústria 4.0, que impõe aos trabalhadores condições e regime de trabalho semelhantes ao do século XIX e anteriores.

O ponto fundamental é a redução da ocupação com o estudo e a intensificação da produtividade do trabalho na jornada de trabalho, estabelecida em contrato, com a introdução das novas tecnologias e sua inovação ilimitada. O trabalho social com o corpo se agiganta e o trabalho com a mente, praticamente é eliminado. Enquanto essa lógica persistir e não for completamente invertida, perpetuará a sociedade pré-humana, a sociedade das profissões capitalistas cristãs, a sociedade da

reificação de pessoas, sua *coisificação* desde a formação de si — formação essa que se processa nas instituições de ensino.

Nessas circunstâncias, não seria normal esperar um cenário de doenças psíquicas, desânimo com o estudo, absenteísmo, violência simbólica e perversões, em detrimento do desenvolvimento do psiquismo humano, da alegria de viver e do prazer de estudar? Um cenário assim caracterizado, certamente, favorece o crescimento do poder corporativo em detrimento do poder democrático e popular, do poder das comunidades e da individualidade, pela negação do estudo aos condenados ao trabalho forçado.

A ideia fundamental, em suporte ao que se expõe na sequência deste texto, é que o tempo de estudo é subsumido no tempo de extração da mais-valia absoluta ou relativa, uma vez que o tempo livre se constitui apenas como tempo de descanso, de reposição das energias para a jornada seguinte. Portanto, em condições formais, o tempo livre de estudo é expropriado pelo capital. Essa discussão procuramos fazer nas seções seguintes, através da problematização das formas civilizatórias de expropriação do tempo livre e de negação do estudo aos “condenados” ao trabalho forçado, que constituem a classe laboriosa ao longo da existência humana e, em particular, na sociedade das profissões.

## **2 APROPRIAÇÃO DE SI NAS ARTES DE VIVER, NO TEMPO LIVRE OU ÓCIO**

É possível viver o ócio no tempo livre, hoje, no século XXI? O que significa viver no ócio e no tempo livre na contemporaneidade? Diremos que o problema da categoria ócio, isto é, das formas de vida, das formas de existências ou das formas de ser correspondentes ao ócio e ao tempo livre, existe em todas as sociedades, mesmo naquelas que podemos caracterizar como pré-humanas, sociedades que não têm como horizonte a humanização das pessoas. Nessas sociedades, que antecedem às sociedades autenticamente humanas que estão por ser construídas pelas populações laboriosas, imperam as lutas de classe e as desigualdades das condições de existência. Para essas sociedades pré-humanas existirem, e persistirem, nos *espaços-vivos* em que se dão concretamente as existências das pessoas, é necessário instituir diversas formas de expropriação do tempo livre. Expropriação que ocorre concomitantemente à expropriação da mais-valia relativa e absoluta na forma social contemporânea. No capitalismo, a expropriação do tempo livre ocorre durante a jornada de trabalho diária, de qualquer trabalhador submetido a uma relação de trabalho, formal ou informal<sup>1</sup>.

Destacam-se quatro pressupostos envolvidos na expropriação do tempo livre e negação das atividades do estudo: a produção e acumulação de excedente econômico; o trabalho forçado, muitas vezes com o uso da lei e da força material e simbólica; a formação em massa, territorialmente,

## A SECULAR EXPROPRIAÇÃO DO TEMPO LIVRE E A NEGAÇÃO DO ESTUDO COMO ARTE DE VIVER E "GÊNERO AUTÔNOMO DE REFLEXÃO E ANÁLISE" AOS CONDENADOS AO TRABALHO FORÇADO

de trabalhadores que se sujeitem ao trabalho forçado — p.ex., as pessoas qualificadas profissionalmente, desejosas em ser integradas em planos de cargos, salários e carreiras, que as hierarquizam funcional e administrativamente, de acordo com as profissões e experiências; e a negação das artes de viver correspondentes ao ócio ou tempo livre, como o estudo regular, sistemático e metódico.

Destacamos aqui quatro civilizações que apresentaram formas singulares de expropriação do tempo livre e negação das atividades de estudo aos condenados ao trabalho forçado: a mesopotâmica, a egípcia, a cristã e a capitalista moderna/contemporânea. As primeiras têm similaridades expressivas, por isso serão aqui mencionadas simultaneamente.

A civilização egípcia impôs o trabalho escravo como forma necessária à produção do excedente econômico, e distinguiu dois tipos de formação de pessoas para produzir esse excedente: a formação de escribas e de artesãos, de trabalho intelectual e de trabalho manual, respectivamente. A formação do escriba permitia a conquista de poder e *status* e a de artesão impunha a deformação, a degradação e o embrutecimento do corpo e da alma. A cultura do escriba se conservava pela escrita e a do artesão pela oralidade. Assim existiram, gerações após gerações<sup>2</sup>. Aos artesãos, era vedada a possibilidade de escrever e, assim, negado o estudo regular, sistemático e metódico<sup>3</sup>.

Diferente da civilização do bronze, que se estendeu do Tigre-Eufrates e do Nilo à toda Ásia Menor, na civilização da Grécia clássica os homens livres conquistaram a consciência do estudo como *askésis*, como arte de viver, como modo de vida. Atividade essa vivida no ócio ou tempo livre, que eles nomearam *scholé* e que na modernidade se chama *escola*.

Na civilização grega, há um extenso período, correspondente à democracia ateniense, em que se vinculou a apropriação de si no tempo livre ao estudo, desprezando radicalmente o trabalho forçado e os ofícios. O apogeu desse período foi a filosofia socrática, que associou, pela primeira vez, tempo livre e ócio à vontade de ser e viver livre no estudo. O estudo é vivido como momento de felicidade, prazer, terapia e depuração das potências do corpo, cuidado de si e exercício espiritual, mantenedor de serenidade, atenção, concentração e tranquilidade da alma para conquista do bem supremo.

A definição socrática de estudo é *logos* ou filosofia, amor incondicional à sabedoria. E nós sabemos que não é possível saber e conhecer sem estudar. O adágio délfico “conhece-te a ti mesmo”, máxima e ambição socrática, insiste na relevância que Sócrates atribui ao estudo. Ora, como conhecer-se sem estudar-se? E como podemos nos estudar para nos conhecer melhor e mais profundamente? Sócrates provoca-nos a buscar possibilidades, mas ele já nos dá provas de como fazer isso, nos Diálogos de Platão, de Xenofonte e tantos outros. Uma delas, certamente, é fazer estudo comparativo entre os efeitos das atividades que ocupamos diariamente em nossos corpos, em nossa interioridade

humana, em nossas vidas, com os efeitos provocados pelo estudo regular, sistemático e metódico. Temos que nos interrogar se essas atividades cotidianas humanizam ou banalizam nossa existência, pois somos, essencialmente, no que nos realizamos, nos atualizamos e nos fazemos — *diga-me o que fazes que descobrirei quem és!* Temos que descobrir se as atividades que realizamos, todos os dias, em tempo considerável, despertam as potências latentes de nossos corpos ou se as mantêm em silêncio, se as alienam, as degradam e as embrutecem.

Dentre as diversas atividades, intrínsecas ao tempo livre, que contribuem para superação da tutela autoinfligida, Sócrates não teve dúvidas de que, entre todas as artes de viver, exercícios espirituais ou *askésis*, o amor incondicional ao estudo regular, sistemático e metódico era o mais efetivo, sensível e radical. A convicção socrática, nessa tese, levou-o a formular o método maiêutico-aporético. Método que se propõe a demonstrar, pelo diálogo, que, por mais sábio que seja um estudioso, ele sempre sabe muito pouco frente ao que existe para saber. Diante dessa *aporía*<sup>4</sup> consciente, demonstrada dialogicamente, resta uma única alternativa: dedicar maior número de horas por dia ao estudo, tornando-o, desse modo, regular, sistemático e metódico. O método maiêutico-aporético descobre o estudo como atividade humana sensível, necessário à existência humana e ao fortalecimento humanista dos vínculos sociais. Sem ele os humanos estão condenados à ignorância, ao obscurantismo e ao irracionalismo. O estudo é uma forma de ser ou modo de viver que combate a alienação de nossas vidas ao governo dos outros.

Sêneca, como Sócrates, tem plena consciência do vínculo ontológico entre tempo livre, arte de viver ou estética da existência e estudo. Na Carta nº 1, que escreve para Lucílio, ele elabora o mais belo e perspicaz conceito de tempo livre. Sua tese é que, nas artes de viver, que fluem no tempo livre ou ócio, ocorre a “apropriação de si” das pessoas. E que, nessa apropriação de si, além de se conquistar a tranquilidade da alma, fazemos de nossas vidas uma obra de arte. No estudo, esculpimos e depuramos nosso ser, nossa interioridade humana, nossas disposições psicológicas. Eis as potências libertárias do estudo para os estoicos.

Para Sêneca, no estudo regular, sistemático e metódico, esculpimos o humano de nós mesmos, por nós mesmos e para nosso próprio bem. A escultura humana criada pelo estudo mobiliza corpo e alma, prazer e felicidade. Vejamos a postulação de Sêneca:

Faze isto caro Lucílio, apodere-te novamente de ti mesmo e o tempo [livre] que até agora te era arrebatado, subtraído<sup>5</sup> ou simplesmente te escapava, recupera-o e conserva-o<sup>6</sup>. Fica certo de que as coisas<sup>7</sup> são como escrevo: parte do tempo [livre] nos é roubado [expropriada], parte nos é subtraída por amenidades e o resto [do tempo livre] nos escorrega de nossas mãos. No entanto, a perda [de tempo livre] mais lastimável é a que ocorre pela negligência. E se refletires bem, a maior parte da vida se passa agindo mal, uma grande parte sem fazer nada, toda a vida se passa fazendo outra coisa que não o que seria necessário fazer<sup>8</sup>. Que exemplo me dás de alguém que saiba valorizar o tempo [livre], que dê importância a um dia, que compreenda estar morrendo cotidianamente? Este é o erro:

## A SECULAR EXPROPRIAÇÃO DO TEMPO LIVRE E A NEGAÇÃO DO ESTUDO COMO ARTE DE VIVER E "GÊNERO AUTÔNOMO DE REFLEXÃO E ANÁLISE" AOS CONDENADOS AO TRABALHO FORÇADO

colocamos a morte no futuro quando grande parte dela já passou [consumida em diversas atividades ou pela inatividade e inércia absoluta]. Tudo o que está no passado a morte já o possui. Portanto meu caro Lucílio faz tal como escreves: abarca todas as horas [do tempo livre] (SÊNECA, 2011, p. 7).

As lições socráticas sobre o valor da vida no tempo livre, potencializada e atualizada em atividades virtuosas ou artes de viver, como a arte de estudar, se evidenciam com mais força na Carta XXI. Nesta Carta, Sêneca sugere a Lucílio:

Agora reconheço meu Lucílio: começa a se revelar como havia prometido. Segue aquele ímpeto da alma com o qual buscava as mais elevadas coisas, tendo alcançado os bens vulgares. Não quero que sejas maior ou menor do que planejavas. Termina o que começaste e faz aquilo que decidiste. Serás sábio se fechares os teus ouvidos, pois é pouco tampá-los com cera. É preciso uma obstrução mais compacta do que a usada por Ulisses e por seus companheiros. A voz temível da sereia era sedutora, mas não avassaladora. Porém, essa voz que [agora] ameaça não vem do mar, mas estrondeia à sua volta de todas as partes da terra. Por isso, passa ao largo de todas as cidades, não apenas de um lugar suspeito de prazeres insidiosos. Torna-te surdo àqueles que amas, são males o que pedem com boa intenção /.../ se queres ser feliz ora aos deuses que não te aconteça nada do que pediram a ti. Não é bom o que desejam para ti. *Há um só bem, causa e fundamento da vida feliz: a confiança em si mesmo.* Essa não poderá existir se a profissão não for desprezada e tida no número das coisas que não são boas nem más. /.../ *A profissão não é um bem. E o que é um bem? O desprezo do trabalho.* Foi em vão que acusei os atarefados. Quanto mais se esforçarem alcançar a virtude e quanto menos se deixarem abater [pela profissão e pelo trabalho] tanto mais aprovarei e direi: 'ótimo, levanta, inspira. E se és capaz transpõe esta ladeira num só fôlego!'

O trabalho [de uma pessoa de alma pobre] alimenta [pessoas] de almas nobres. Não há razão de escolheres, conforme promessas antigas a teus pais, o que deves querer ou desejar que te suceda /.../. O que se deve desejar? Fazer-te feliz por meio de ti mesmo. Farás isso se entenderes que é bom o que está mesclado à virtude e vergonhoso o que está unido a maldade /.../. Afinal, o que é bom? O conhecimento das coisas. O que é mal? A ignorância /.../ (SENECA, 2011, p. 17-18).

Como observa-se nessas Cartas de Sêneca, há um profundo elogio ao tempo livre e às artes de viver que nele fluem. O que se objetiva nas atividades caracterizadas como artes de viver é a apropriação de si. É uma indiferença, proporcional, ao trabalho e à profissão. O tempo livre vincula-se às atividades virtuosas, e não ao trabalho forçado que deforma o corpo, e nem ao tempo em si abstrato. A concepção do tempo livre de Sêneca é muito diferente, por exemplo, da de Lafargue (2016). Ele não contrapõe o tempo livre ao tempo da jornada de trabalho. Também não confunde tempo livre com tempo de descanso, usado para repor as energias perdidas em um dia para serem, novamente, expropriadas no dia seguinte, no tempo do trabalho forçado. O tempo livre, em Sêneca, não é tempo de descanso ou de preguiça, é tempo ativo e criativo, movido por atividades nas quais as pessoas se apropriam de si mesmas, atividades que despertam e mantêm vivas as potências libertárias da interioridade humana, atividades que aprimoram o ser do humano, as existências humanas.

Essa dualidade é fundamento ontológico da teoria marxista, que estabelece a sequência temporal entre mundo da necessidade e mundo da liberdade, como se, para desfrutar deste, tivéssemos que nos submeter àquele. Tempos distintos que compreendem atividades distintas e que

fluem em *espaços vivos* distintos e em momentos diferentes, que nunca se tocam. Em Sêneca, o tempo do trabalho forçado *suprassume*, expropria e se apossa do tempo livre, e por isso nega, necessariamente, em termos objetivos, o direito das artes de viver às populações laboriosas. Entre essas artes de viver, está o estudo, negado aos condenados ao trabalho forçado. Com essa negação, a subjetividade das artes de viver é impedida de agir, agitar e moldar o corpo, a alma e a espiritualidade dos artesãos, na antiguidade clássica, e dos trabalhadores assalariados na sociedade das profissões.

São exemplos de arte de viver ou *askésis* o exame de consciência, a escrita de si em diários, a correspondência, a meditação, os procedimentos de provação e a interpretação dos sonhos (VENTURA, 2008, p. 64). A essas atividades, adicionamos o estudo imanente à vida, o estudo regular, sistemático e metódico.

Na civilização greco-romana, a apropriação de si ocorre no tempo livre ou ócio. No entanto, os escravos têm o seu tempo livre expropriado. O outro do escravo é o filósofo e o aristocrata. É nessa expropriação do tempo livre dos escravos que os aristocratas e filósofos ocupam-se com a apropriação de si, nas artes de viver. Entre as artes, o estudo é apenas uma atividade entre muitas. As artes de viver ou estéticas da existência são povoadas por atividades bem específicas, sobretudo as artísticas. Essas permitem às pessoas ocuparem-se consigo mesmas, olharem para dentro de si e se conhecerem mais profundamente. É como se as pessoas olhassem para si como se estivessem olhando-se no espelho. Nesses exercícios espirituais é que as pessoas fazem de si uma escultura humana, uma obra de arte, um ser distinto de si mesmas, que se põe no horizonte como *sumo bem*<sup>9</sup>. Mas, para que esse horizonte seja alcançado, tudo deve ser feito no presente, agora, e não amanhã. No presente, impera a *askésis*, o trabalho de si, em si, por si e para si, o trabalho sobre o corpo, a alma, os pensamentos e as condutas. É como os filósofos atenienses e os aristocratas vivem o seu cotidiano.

Nenhum estudioso grego valorizou tanto a formação de si, as ocupações consigo mesmo, o cuidado de si, como Epicuro (2005, p. 37). Foi ele quem vinculou de forma profunda, densa e convincente, o estudo ao prazer e à felicidade, ao ócio e ao tempo livre. Ele enxergou e escreveu, pela primeira vez, as implicações da apropriação de si nas atividades do tempo livre, nas artes de viver, nas estéticas da existência ou *askésis*. A teoria epicurista sobre o vínculo do estudo com a arte de viver, a vida estética e esculpida pelas mãos das próprias pessoas, é definitiva, contundente e radical. Ela pode ser contemplada na sua Carta a Meneceu, com quem estudava e compartilhava a sua vida.

Devemos começar a estudar desde a mocidade<sup>10</sup>. Porém, sem deixarmos de o fazer, cansados, na velhice. Para realizar algo em prol da saúde espiritual ninguém é demasiadamente moço nem demasiadamente velho. Mas quem, porventura, supuser que,

## A SECULAR EXPROPRIAÇÃO DO TEMPO LIVRE E A NEGAÇÃO DO ESTUDO COMO ARTE DE VIVER E "GÊNERO AUTÔNOMO DE REFLEXÃO E ANÁLISE" AOS CONDENADOS AO TRABALHO FORÇADO

para estudar, está moço ou velho, em demasia, dirá do mesmo modo que o instante exato da sua felicidade ainda não chegou ou já se foi. Ambos devem estudar: jovem e idoso. Este para que possa encarar sem receios o futuro, e com isso conseguir ser, a um tempo, moço e velho. A verdade é que é necessário praticar desde cedo aquela que confere felicidade, pois com ela possuímos tudo, e a quem ela faltar, tudo fará para adquiri-la. Por isso faz tu aquilo que te aconselhei constantemente, estude e tem a certeza de que o estudo é a condição básica para uma existência realmente bela (EPICURO, 2005, p. 37).

O reconhecimento do estudo como uma forma de formar-se a si mesmo, ocupar-se consigo, cuidar de si, apropriar-se de si mesmo, em contraposição à expropriação do tempo livre pelo outro, o estudo como necessário à existência humana, ao prazer e à felicidade, como arte de viver e como estética da existência, como atividade humana sensível, faz Epicuro *valorar eticamente a razão*.

No princípio de tudo encontra-se a razão, o maior dos nossos bens. Dela resultam por si só todas as outras virtudes. É mais valiosa ainda do que a filosofia<sup>11</sup>, porque nos ensina que é impossível viver prazerosamente sem que se viva uma vida cheia de razão posta num alto nível de moral e justiça [...]. Também não é possível viver uma vida cheia de razão, posta num nível de moral e de justiça sem que se esteja vivendo prazerosamente. Pois as virtudes estão intimamente ligadas à vida venturosa, estas [virtudes e venturas] são indissociáveis (EPICURO, 2005, p. 42).

Há uma diferença salutar entre a visão e cosmovisão da civilização mesopotâmico-egípcia e da civilização greco-romana acerca do estudo. Nesta última, o estudo é vinculado ao prazer e à felicidade, e não ao *status* e poder. O estudo conquista um valor ético descomunal, enquanto o trabalho e a profissão são desprezados. Essas civilizações não tocam no problema da restrição do estudo a uma casta de privilegiados, mas o que nos parece relevante é que a civilização greco-romana vislumbra o estudo como *askésis*, como técnica de si, como exercício espiritual. Em outras palavras: necessário à existência humana. Estudar é ser!

### 3 EXPROPRIAÇÃO DO TEMPO LIVRE PELA GEOGRAFIA DO CAPITAL E A NEGAÇÃO DO ESTUDO NA SOCIEDADE DAS PROFISSÕES

Tudo muda na civilização cristã. O desprezo ao trabalho e às profissões, a confiança em si mesmo como *sumo bem*, a formação de si pela *askésis* ou artes de viver, o reconhecimento do estudo e da razão como princípio de moral e de justiça, como fundamento ontológico da vida feliz e prazerosa, da vida virtuosa e bem-aventurada são destruídos a ferro e fogo, pelo rolo compressor da ética judaico-cristã, sobretudo pela ideia de pecado e de punição.

O deus judaico-cristão impõe o eterno autoflagelamento e autossufrimento aos humanos. São princípios e formas que orientam os fiéis a se conduzirem na vida, objetivando purificar a alma e os pensamentos. As normas judaico-cristãs se propõem a institucionalizar outra espécie de ser: os fiéis.

Pressupostos como eternos pecadores, são condenados, para sempre, ao trabalho forçado, ao trabalho escravo, à sujeição ao discurso das castas clericais cristãs, os gerentes e gestores de igrejas.

“A invenção de Jesus” aprofunda a demolição da civilização greco-romana. E, com ela, o modo de vida socrático-helenista, greco-romano. Aos resistentes, combatentes e recalcitrantes, condenados como hereges e traidores pela civilização judaico-cristã, aplica-se a lei da casta clerical, em nome de deus. O tempo livre, agora, passa a ser desfrutado apenas pelos “escolhidos” pelas igrejas, para viverem no paraíso celestial, que serão salvos no julgamento do Juízo Final. Assim se crê e é como deve funcionar o mundo terreno, submetido às ordens e as hierarquias do mundo cristão (ONFRAY, 2008).

Sem estudo e sem tempo livre — eis o reino do trabalho forçado! Para que o paraíso do tempo livre, prometido às castas judaico-cristãs, persista *ad aeternum*, é necessário manter a ideia de pecado, o sofrimento e a negação do estudo como valor ético universal. E o modo de vida da casta judaico-cristã deve ser naturalizado. Mais do que isso: deve ser exibido como glória para ser desejado, legitimado e respeitado pelos que vivem no inferno do mundo terreno.

A fusão entre capitalismo e cristianismo e a vinculação entre tempo livre e trabalho assalariado foram explicitadas por Paul Lafargue (2016), no século XIX. Nessa fusão, escreve o tradutor português José Alfarro: “a religião do trabalho exige dos seus fiéis, crescentes sacrifícios laborais”. As “sagradas escrituras” da religião do trabalho assalariado, na sociedade das profissões, são os livros de Ciências Econômicas, Ciências Contábeis, Ciências Jurídicas, Ciências da Educação e Administração de Empresas. Essas novas linguagens, linguagens científicas, dessas novas “escrituras sagradas”, ajudaram a territorializar a geografia do capital e a forjar a sociedade das profissões e a circulação das mercadorias humanas: os profissionais. Elas mantiveram a devoção ao deus judaico-cristão, mas passou a exigir a mesma reverência e devoção à autoridade e as liturgias do deus capital. Exigiu também reverência à deusa profissão. Essa esconde o ser forjado no trabalho alienado e na formação reificada, porém sob nova administração e jurisdição: o assalariamento.

Apesar de alguns problemas, o “manifesto” de Lafargue contra o trabalho (forçado) não deixa de ser uma obra fundamental. Entre os problemas, está a ausência de reivindicação ou, pelo menos, evocação de alguma arte de viver para os trabalhadores. Outro problema é a crença de que os operários “se abstiveram do seu tempo livre em nome da superprodução e acumulação obsessiva” do capital. Um terceiro é admitir a sujeição ao trabalho forçado como vício do trabalhador — ideia que transforma vítima em culpado. Na contracapa do livro de Lafargue, *Direito à Preguiça*<sup>12</sup>, o tradutor José Alfarro o qualifica como “um eloquente manifesto contra o vício do trabalho e em defesa da liberdade fundamental de empregarmos o tempo a nosso bel-prazer”.

## A SECULAR EXPROPRIAÇÃO DO TEMPO LIVRE E A NEGAÇÃO DO ESTUDO COMO ARTE DE VIVER E "GÊNERO AUTÔNOMO DE REFLEXÃO E ANÁLISE" AOS CONDENADOS AO TRABALHO FORÇADO

Ora, em realidade, os operários de todos os tempos, do século XVIII ao XXI, não “se abstiveram do tempo livre”, tampouco o “trabalho é um vício” e jamais os trabalhadores assalariados poderão “empregar o tempo ao seu bel prazer”. Todas essas possibilidades são condicionadas pela expropriação do tempo livre e a negação das artes de viver, sobretudo o estudo. Aos expulsos do paraíso e condenados por deus como pecadores eternos, só resta mesmo a resignação ao trabalho forçado, assalariado e profissionalizado. Esses fenômenos — destaque-se — são determinados reciprocamente, simultaneamente, porque são inextricáveis. E as castas cristãs e capitalistas têm plena consciência desse tipo de determinação social.

Lafargue (2016, p. 5) expõe esse fato no primeiro parágrafo do seu manifesto:

O Sr Thiers, no seio da Comissão sobre a instrução primária de 1849 declarava: ‘Quero tornar a influência do clero todo-poderoso porque conto com ele para propagar essa boa filosofia que ensina aos humanos que eles estão no mundo para sofrer e não aquela outra que, pelo contrário, lhes diz: ‘Goza’.

É evidente, em Lafargue, que “o Sr Thiers, atuando na Comissão sobre a instrução primária de 1849” queria o melhor para as famílias inglesas, que procuravam escolas primárias, para instruírem seus filhos. E o melhor significava a assimilação “da moral da classe burguesa [cristã], cujo egoísmo feroz e a inteligência”, a quintessência das virtudes capitalistas cristãs, deveriam ser popularizadas e orientar as diretrizes curriculares nacionais das instituições de ensino, responsáveis pela instrução primária inglesa.

Os empresários e empreendedores, esclarece Lafargue, não têm o menor escrúpulo de trocar de lado político, quando o assunto é a expropriação do tempo livre — expropriação de mais-valia — e negação do estudo às classes laboriosas.

Quando lutava contra a nobreza, apoiada pelo clero, a burguesia (empresários e empreendedores) arvorava o livre exame e o ateísmo. Mas triunfante, mudou de tom e atitude e hoje [no século XIX, mas também no século XXI] pretende fazer assentar na religião a sua supremacia econômica e política. Nos séculos XV e XVI tinha alegremente a carne e as suas paixões, reprovadas pelo cristianismo; nos nossos dias [séc. XIX lá e séc. XXI hoje] cumulada de bens e de prazeres, renega os ensinamentos dos seus pensadores, os Rabelais, os Diderot, e prega a abstinência aos assalariados. A moral capitalista, lastimável paródia da moral cristã, lança o anátema sobre a carne do trabalhador. O seu ideal é reduzir o produtor ao mínimo dos mínimos de necessidades, suprimir as suas alegrias e paixões e condená-lo ao papel de uma máquina que entrega trabalho sem um minuto de descanso (LAFARGUE, 2016, p. 5-6).

Com esse diagnóstico e assumindo-se como “socialista revolucionário”, Lafargue indicou algumas ações estratégicas: 1) Lutar contra a moral e as teorias sociais do capitalismo; 2) Demolir na mente da classe chamada à ação os preconceitos disseminados pela classe dominante; 3) Proclamar na cara dos hipócritas de todas as morais que a terra deixará de ser o vale de lágrimas do trabalhador.

E ele postula que, na sociedade do estudo, haverá rédea solta para as paixões humanas, porque todas as paixões são boas por natureza (LAFARGUE, 2016).

De fato, o ensaio de Lafargue é uma crítica radical do direito ao trabalho. Mas uma crítica conseqüente propõe alternativa, concreta e exequível, ao que critica. Quando nossa luta é pela apropriação de si na arte de viver do estudo, que significa viver concretamente em tempo livre, é necessário indicar, no mínimo, como se faz efetivamente essa apropriação, para que as pessoas possam vir a se apropriar de si, no estudo, se assim o desejarem.

Faz-se necessário advertir que a apropriação de si nas atividades do estudo, mesmo na sociedade das profissões, torna-se impossível se aderirmos à falsa premissa da diferença tautológica entre um tempo A e um tempo B — o que induziria a pensar na hipótese de que, se substituirmos o tempo do trabalho forçado pelo tempo de repouso ou descanso, a qualidade de vida das populações laboriosas será melhor. Ora, esse é prolongamento e continuidade daquele; é, apenas, reposição de energias perdidas num dia de trabalho para, no dia seguinte, ser expropriada. Mas é, exatamente, esse ciclo, do eterno retorno ao trabalho forçado, que inclui o descanso como intervalo, que precisa ser superado e reinventado. Essa superação ocorre efetivamente com a ocupação das atividades das artes de viver pelas populações laboriosas, e dentro da jornada de trabalho estabelecida em contrato.

A conquista da apropriação de si não ocorre com a simples redução da duração da jornada de trabalho. Sobretudo quando as horas conquistadas se transformam em tempo vazio e passam a ser ocupado ou com atividades arbitrárias ou mesmo com o repouso e descanso. Essas atividades não têm o menor compromisso com a arte de viver e a apropriação de si das pessoas que integram as populações laboriosas. O tempo livre deve ser ocupado pela profunda dedicação às atividades das artes de viver, por exemplo, com o estudo regular, sistemático e metódico, em bibliotecas existentes nos próprios locais de trabalho, com acompanhamento dos bibliotecários. Isto é tempo livre.

É compreensível que, em 1883, Lafargue não tenha vislumbrado estratégias comprometidas com a apropriação de si no tempo livre, pelo estudo realizado em bibliotecas disponíveis nos locais de trabalho. Mas isso é o que entendemos ser plausível às lutas sindicais, hoje, em 2024, no primeiro quarto do século XXI. Lafargue poderia imaginar que a expropriação do tempo livre e a negação do estudo não é uma questão que se resolva reduzindo a jornada de trabalho; tampouco, que a ausência de tempo livre possa ser atribuída à subjetividade do trabalhador, à suas vontades e aos seus desejos insanos pelo trabalho. A expropriação do tempo livre apenas é possível com o uso da força das armas e/ou uso da violência simbólica. Não decorre, como imaginava Lafargue, de uma “estranha loucura que domina as classes [assalariadas, submetidas ao trabalho forçado] das nações onde reina a civilização capitalista [cristã]”<sup>13</sup> (LAFARGUE, 2016, p. 11).

## A SECULAR EXPROPRIAÇÃO DO TEMPO LIVRE E A NEGAÇÃO DO ESTUDO COMO ARTE DE VIVER E "GÊNERO AUTÔNOMO DE REFLEXÃO E ANÁLISE" AOS CONDENADOS AO TRABALHO FORÇADO

Às vezes parece escapar, aqui e ali, no texto de Lafargue, que a valorização cristã e a valorização do capital se fundiram no século XVIII. E foi ele mesmo quem descobriu e escreveu esse fato no primeiro parágrafo do seu Manifesto. Fato que o próprio Lafargue reconhece: “em vez de reagirem contra essa aberração mental, padres, economistas, moralistas sacrossantificaram o trabalho” (LAFARGUE, 2016, p. 11). E na modernidade não será fácil superar esse “sacramento do trabalho”, untado pelos economistas, moralistas e gerentes das igrejas cristãs.

Lafargue vislumbra e delineia o nó górdio o problema da expropriação do tempo livre e negação do estudo na sociedade das profissões:

Como convencer os assalariados de que a palavra que lhe inculcaram é perversa, de que o trabalho desenfreado [no século XIX e profissionalizado nos séculos XX e XXI] ao qual se entregou desde o início do século XIX é o mais terrível flagelo que alguma vez atingiu a humanidade, de que o trabalho só se tornará um condimento de prazer da preguiça, um exercício salutar para o organismo humano, uma paixão útil ao organismo social quando for sabiamente regulamentado e limitado a um máximo 3 horas por dia (LAFARGUE, 2016, p. 38).

Entretanto, Lafargue desconfia da fria solução da legislação para o problema da expropriação do tempo livre, na geografia do capital; e na necessária negação do estudo ou qualquer arte de viver, que abra a possibilidade dos trabalhadores se apropriarem de si, o que se confunde com um processo de desalienação e descoisificação de si. Mas não consegue se libertar da convicção subjetivista do problema. Ele acredita que para conhecer “os modernos meios de produção e o seu poder infinito de reproduzir-se é preciso domar a paixão extravagante dos operários pelo trabalho e obrigá-los a consumir as mercadorias que produzem” (LAFARGUE, 2016, p. 38). Quando, hoje, pensamos na territorialização do capital e no mercado mundial, torna-se inócua a hipótese de “obrigar os assalariados a consumirem as mercadorias que produzem”.

As possibilidades de conquista do *direito à preguiça* ou redução efetiva de jornada de trabalho, vislumbrada por Lafargue na segunda metade do século XIX, são inconsistentes, por se fundamentarem em premissa falsa: “na paixão cega, perversa e homicida pelo trabalho, [que] transforma a máquina libertadora em instrumento de escravidão dos humanos livres: a sua produtividade empobrece-os” (LAFARGUE, 2016, p. 41-42). Seria, então, a paixão irracional do proletário pelo trabalho forçado, alheado e *coisificante*, a causa da expropriação do tempo livre pelo capital e, por conseguinte, da negação da preguiça, do ócio, do repouso e do descanso necessário? Mais ainda: tempo livre, ócio, preguiça, para Lafargue, é “repouso” ou “descanso”? Não são atividades que contribuem para a apropriação de si das pessoas, como seres portadores de potências latentes no corpo — potências que podem ser despertadas pelas artes de viver. Quanto a isso, sua concepção é categórica:

À medida que a máquina se aperfeiçoa e substitui o trabalho dos humanos com sua velocidade e precisão, que não param de se aprimorar, o trabalhador assalariado, em vez de prolongar proporcionalmente o repouso redobra de intensidade, como se quisesse rivalizar com a máquina. Que concorrência absurda e mortífera (LAFARGUE, 2016, p. 42).

Lafargue parece acreditar que os trabalhadores assalariados têm poderes sobrenaturais. Que eles podem diminuir, *ao seu bel prazer*, o número de horas de trabalho contratado e institucionalizado, na medida em que a produtividade da força de trabalho aumenta, com a introdução de novas tecnologias de gestão e produção, na divisão social, técnica e territorial do trabalho. E ele culpabiliza os operários por terem feito, justamente, o inverso: “abolido as leis que limitavam o trabalho dos artesãos das antigas corporações e suprimido os dias feriados” (LAFARGUE, 2016, p. 43).

Sem encontrar alternativa à expropriação do tempo livre na sociedade das profissões, Lafargue dá um giro de radical e retorna aos filósofos antigos.

## 5 CONCLUSÃO OU A “ABERTURA” PARA O DIREITO DE DUVIDAR

Em seu manifesto contra o trabalho e em defesa da preguiça, Lafargue lança mão dos filósofos antigos para sustentar suas proposições. Os evoca para eles ensinarem aos trabalhadores a rejeitarem o trabalho e as profissões, a preferirem o repouso e o descanso, e, tal como Sêneca, Epicuro, Simplicio e tantos outros, viverem uma vida virtuosa.

É no Apêndice do *Direito à Preguiça* que esses filósofos são chamados ao diálogo. Mas, independentemente da referência e reverência de Lafargue a esses filósofos, ele termina abraçado com a dualidade entre trabalho forçado e repouso, preguiça e descanso, como se a conquista do tempo livre equivallesse ao direito de não fazer nada ou a fazer qualquer coisa que se desejasse, pouco importando a qualidade e os efeitos das atividades na apropriação de si. Ele ignora o fato de os humanos serem portadores de potências que podem ser despertadas nas artes de viver.

Lafargue não considera o fato de que a extensão da jornada de trabalho e a intensificação da expropriação da mais-valia, esta decorrente da introdução de novas tecnologias, são efeitos da política do capital. Política que objetiva, prioritariamente, a apropriação e o uso do território para sua exploração. Política específica de uma sociedade específica: a sociedade das profissões, mas ao mesmo tempo política que apresenta semelhanças em todas as sociedades pré-humanas, protoescravistas, que descarta do horizonte a humanização das pessoas mediada pelas artes de viver. Mais do que isso: a sociedade das profissões descarta do seu progresso os condenados ao trabalho forçado por deus. O horizonte da sociedade das profissões é o controle pessoal e global, para conservar e intensificar a expropriação do tempo livre com as TIC; é a produção em massa de pessoas

## A SECULAR EXPROPRIAÇÃO DO TEMPO LIVRE E A NEGAÇÃO DO ESTUDO COMO ARTE DE VIVER E "GÊNERO AUTÔNOMO DE REFLEXÃO E ANÁLISE" AOS CONDENADOS AO TRABALHO FORÇADO

transfiguradas e coisificadas em mercadorias humanas, para serem mão-de-obra comercializada no mercado de trabalho.

O primeiro filósofo a ser evocado por Lafargue, com a finalidade de educar e suprimir o vício ao trabalho é Platão. Em *A República*, livro V, esse filósofo afirma:

A natureza não fez sapateiros nem ferreiros, semelhantes ocupações degradam as pessoas que as exercem, vis mercenários, miseráveis sem nome, que, devido à própria condição são excluídos dos direitos políticos. Quanto aos mercadores, acostumados a mentir e enganar, serão apenas tolerados na cidade como mal necessário. O cidadão que se tenha aviltado pelo comércio de loja será perseguido por tal delito. Se for dado como culpado, será condenado a um ano de prisão. A pena será duplicada em cada reincidência (PLATÃO *apud* LAFARGUE, 2016, p. 81).

Outro filósofo educador que abomina o trabalho, talvez até mais que Platão, é Cícero. Em *Dos Deveres I*, título II, capítulo XLII, ele apresenta o seguinte questionamento:

O que é que de honroso se poderá retirar de uma loja? [...] E o que é que o comércio pode produzir de honesto? Tudo o que se chama loja é indigno de um homem honesto [...], os comerciantes não podem ganhar sem mentir, e não há nada mais vergonhoso que a mentira! Portanto, devemos considerar como algo de baixo e vil o ofício de todos os que vendem o seu esforço e a sua indústria; porque quem quer que dê o seu trabalho em troca de dinheiro está a vender-se a si próprio, pondo-se na situação dos escravos (CÍCERO *apud* LAFARGUE, 2016, p. 82).

Por último, ressalta a utopia de Aristóteles, que aponta como horizonte a conquista da humanização do gênero humano. Em *A Política*, capítulo II e VII, Aristóteles sonha:

Se cada ferramenta pudesse, por si só, executar a sua própria função, tal como as obras-primas de Dédalo se moviam sozinhas, ou como os tripés de Vulcano, de forma espontânea, faziam o seu trabalho sagrado. Se, por exemplo, as navetas dos tecelões tecessem por si próprias, então o chefe da oficina deixaria de precisar de ajudas, e o senhor, de escravos (ARISTÓTELES *apud* LAFARGUE, 2016, p. 84-85).

Essa “abertura histórica dos povos antigos e os escritos dos seus filósofos e legisladores”, parecem ter confortado a agitada crítica lafargueana do direito ao trabalho em defesa da preguiça, do ócio ou repouso. A crítica permitiu Lafargue vislumbrar e compartilhar a galvanização da religião judaico-cristã à geografia do capital, no século XIX. Comum a essas civilizações é a expropriação do tempo livre e a institucionalização do trabalho forçado, primeiro pelo pecado de Adão e Eva e depois pela profissionalização. O objetivo é sempre o mesmo: a sujeição a um deus celestial e/ou a um deus terreno, que sentenciam as populações laboriosas ao trabalho forçado. E o que é a mesma coisa: “a viverem com o suor do seu rosto”. O oposto aconteceu na Antiguidade das civilizações greco-romanas, que “abominavam o trabalho” e tratavam as profissões com indiferença e desprezo. Em Roma, por exemplo, os cidadãos viviam por direito a expensas do Tesouro sem serem obrigados a prover a sua subsistência através de qualquer ofício (LAFARGUE, 2016, p. 80). Os ofícios eram destinados e “por direito, aos escravos” (LAFARGUE, 2016, p. 81).

Inspirado nos filósofos antigos, Lafargue provoca os proletários do século XIX, e, com esta mesma provocação, podemos fustigar os trabalhadores do século XXI: proletários embrutecidos pelo dogma do trabalho, estão a ouvir as palavras dos filósofos, que com tanto cuidado escondem de vós? Um cidadão que troca o seu trabalho por dinheiro degrada-se ao nível do escravo, comete um crime merecedor de pena e prisão (LAFARGUE, 2016, p. 81- 82). E, concordando com tais filósofos, Lafargue afirma: a lucidez da visão humanista dos filósofos antigos deve-se ao fato de eles ainda não terem sido corrompidos pela hipocrisia cristã e pelo utilitarismo capitalista (LAFARGUE, 2016, p. 83).

A utopia que fez Aristóteles sonhar em A Política virou inferno para os modernos. Ocorreu exatamente o oposto. Isso não significa que seu sonho seja irrealizável, pois o é. Aristóteles sonhou com uma sociedade autenticamente humana e esta pode ser concretizada na contemporaneidade. Essa concretude vem ganhando forma e conteúdo desde o século XVIII.

Já fazem cinco séculos que a sociedade humana poderia ter se desvencilhado da sua pré-histórica luta de classe. E por que não o fez? Uma das indicações para uma possível resposta é que temos errado em nossas análises do tempo livre e nos encaminhamentos práticos de como forjar as condições materiais para despertar as potências latentes em nosso ser. Temos reivindicado tempo livre ou redução da jornada de trabalho sem, concomitantemente, reivindicar as artes de viver, que materializam, nos *espaços vivos*, a abstratividade do tempo. E uma das artes de viver do tempo livre, ontologicamente fundamental em nosso ser, é o estudo regular, sistemático e metódico. Porém, é fato que, no atual contexto do capitalismo cristão, estamos longe, muito longe, de universalizar as atividades do estudo. E, o que nos parece paradoxal: isso ocorre nas próprias instituições de ensino, que existem justamente para as pessoas estudarem. E por que não estudam? Foi o que procuramos discutir neste ensaio.

O *direito à preguiça* deve ser acompanhado com o *direito e a liberdade de estudar*, pois, na antiguidade clássica, esses direitos eram complementares e inextricáveis. E podem ser conquistados na construção de outra civilização diferente da sociedade das profissões. O nó górdio foi desatado: o fato de a expropriação do tempo livre, na sociedade das profissões, ocorrer simultaneamente na expropriação da mais-valia relativa ou absoluta, pelo capital, e, para essa expropriação ocorrer dessa forma, é necessário reificar as pessoas através da qualificação ou formação profissional. Na sociedade das profissões, não é necessário ter pessoas estudiosas, o capital suprassumiu o tempo livre na expropriação da mais-valia das populações laboriosas. Eis a contradição ontológica da geografia do capital. A expropriação simultânea da mais-valia e do tempo livre é a natureza do seu ser.

Nas palavras de Lafargue:

## A SECULAR EXPROPRIAÇÃO DO TEMPO LIVRE E A NEGAÇÃO DO ESTUDO COMO ARTE DE VIVER E "GÊNERO AUTÔNOMO DE REFLEXÃO E ANÁLISE" AOS CONDENADOS AO TRABALHO FORÇADO

As nossas máquinas animadas pelo fogo, com membros de aço, infatigáveis [como os robôs], com maravilhosa fecundidade, inesgotáveis, cumprem docilmente, por si próprias, o trabalho sagrado; e, no entanto, o gênio dos grandes filósofos do capitalismo continua dominado pelo preconceito do assalariado, a pior das escravaturas. Ainda não compreendem que a máquina é o redentor da humanidade, o Deus que resgatará o homem das sórdidas artes e do trabalho assalariado, o Deus que lhe dará tempo livre e liberdade (LAFARGUE, 2016, p. 85).

Estamos aguardando pelos autômatos de Aristóteles e pelo deus máquina do “socialista revolucionário”, Lafargue, há séculos. Vivemos na Indústria 4.0, satélites circulam o planeta, as infovias se multiplicam, a fibra ótica invade cidades inteiras, as bibliotecas cabem em um minúsculo *memory card*, a revolução nas imagens e sons agita os continentes e os *smartphones* substituem o espelho entregue aos indígenas. E continuam imperando a fome, as guerras, as pandemias, o fascismo e o analfabetismo, inclusive de universitários diplomados.

O que as máquinas programadas podem fazer para superar o mundo caótico em que vivemos? Como a inteligência artificial pode contribuir para que os humanos possam usufruir coletivamente as suas inteligências? A inteligência artificial promoverá a redenção humana? É possível acreditar que toda essa parafernália de máquinas, ciências e tecnologias nos “dará tempo livre e a liberdade”? Como é possível expropriar dos capitalistas e dos seus intelectuais orgânicos, aquilo que eles vêm nos expropriando secularmente: o direito e a liberdade de estudar de forma regular, sistemática e metódica? Esses são desafios dos quais não podemos continuar nos esquivando.

### REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Política**. 2 ed. Brasília: UnB, 1988.

AURÉLIO, Marco. **Meditações**. São Paulo: Edipro, 2019.

BIRAN, Maine. Influence de l'habitude sur lá faculté de penser. In: **Oeuvres**, Tomo III. Paris, J. Vrin, 1987.

BIRAN, Maine. **Mémoire sur la décomposition de la pensée**, Tomo III, Paris: J. Vrin, 1988.

EPICURO. **Texto Integral**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

EPICURO. **Cartas de Epicuro**: Sobre a felicidade, sobre os fenômenos celestes, sobre a filosofia da natureza. São Paulo: Edipro, 2021.

FOUCAULT, Michel. **Hermenêutica do sujeito**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Subjetividade e verdade**: curso no College de France (1980-1981). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2016.

LAFARGUE, Paul. **Direito à preguiça**. Lisboa: Antígona, 2016.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**: estudos de dialética marxista. Porto: Escorpião, 1974.

MASON, L. F. **História da ciência**: as principais correntes do pensamento científico. São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro: Globo, 1962.

ONFRAY, Michel. **A potência de existir**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019.

ONFRAY, Michel. **As radicalidades existenciais**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

ONFRAY, Michel. **Eudemonismo social**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

ONFRAY, Michel. **Contra história da filosofia**: as sabedorias antigas. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.

ONFRAY, Michel. **Tratado de ateologia**: física de la matemática. Buenos Aires: Ediciones de La Flor, 2005.

ONFRAY, Michel. **A política do rebelde**: tratado de resistência e insubmissão. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

ONFRAY, Michel. **A arte escrita de si**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

PLATÃO. **A República**. 4 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

SÊNECA. **Sobre os enganos do mundo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

SÊNECA. **Cartas a Lucílio**. 6 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2018.

XENOFONTE. **Econômico**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

## Notas

<sup>1</sup> A expropriação do tempo livre não está imbricada, *a priori*, com o trabalho forçado, com a divisão social, técnica e territorial do trabalho. Mas, sobretudo, com a negação do direito e liberdade ao estudo, com a negação das atividades intrínsecas às artes de viver, próprias ao tempo livre, como o estudo regular, sistemático e metódico, o que faz do ser estudioso um ser em luta em todas as civilizações conhecidas.

<sup>2</sup> A qualificação profissional, nesse caso, se impunha quase como uma obrigação dos pais e era realizada de forma oral e verbal. Era a forma como o patrimônio cultural se mantinha.

<sup>3</sup> Essa realidade está bem descrita no livro História das ciências (MASON, 1962).

<sup>4</sup> Dificuldade ou dúvida racional decorrente da impossibilidade objetiva de obter resposta ou conclusão para uma determinada indagação filosófica.

<sup>5</sup> Sêneca não conhece os termos apropriação e expropriação, desapossado, privado do direito e liberdade de estudo, possível de realização apenas em tempo livre. Tempo que pode ser ocupado por atividades que nos libertam e despertam nossas potências ou por atividades que nos embrutecem, animalizam e desumanizam.

## A SECULAR EXPROPRIAÇÃO DO TEMPO LIVRE E A NEGAÇÃO DO ESTUDO COMO ARTE DE VIVER E "GÊNERO AUTÔNOMO DE REFLEXÃO E ANÁLISE" AOS CONDENADOS AO TRABALHO FORÇADO

<sup>6</sup> Como se fosse possível “conservar o tempo livre”. Ele é absolutamente evanescente. É como vento que só podemos sentir sem jamais tocá-lo, ele se esvai no exato momento em que o sentimos. Mas, se não podemos ter o tempo, se não podemos nos apropriar ou expropriar o tempo, podemos fazê-lo acontecer de acordo com as atividades que fazemos nos espaços vivos. Podermos sugerir as pessoas fazerem determinadas atividades em determinados espaços enquanto o tempo passa. Ele passa nas atividades, enquanto delas nos ocupamos.

<sup>7</sup> Que “coisas”? Na sequência Sêneca esclarece: “as coisas” são “as partes da vida”, o que “fazemos”, as “atividades” que realizamos.

<sup>8</sup> E o que é “necessário fazer”? As artes de viver, as técnicas de si, os exercícios espirituais ou *askésis*.

<sup>9</sup> Em Epicuro, o *sumo bem* corresponde à ausência de perturbação na alma, que é o prazer.

<sup>10</sup> No livro, estudar é traduzido como filosofar.

<sup>11</sup> E o que desperta a razão, faz-lhe o lapidar empírico e imprescindível e a mantém pulsando e cheia de vida é o estudo regular, sistemático e metódico.

<sup>12</sup> Preguiça também pode ser compreendida como ócio, tempo livre. E que, portanto, compreende o estudo. Mas estudo como *askésis*, como arte de viver. Arte similar às atividades artísticas, teatrais, literárias, cinematográficas. São estas atividades que correspondem ao tempo livre.

<sup>13</sup> Essa “loucura” para Lafargue é a “loucura do amor pelo trabalho, a paixão moribunda pelo trabalho, levado até a exaustão das forças vitais das pessoas e de sua prole” (LAFARGUE, 2016, 11). Para ele “todas as misérias pessoais e sociais nasceram dessa paixão do proletariado [trabalhador sem autonomia no trabalho] pelo trabalho” (LAFARGUE, 2016, p. 15).